

Acusados tentam reaver bens

LILIAN TAHAN E
ANA MARIA CAMPOS
DA EQUIPE DO CORREIO

Impedidos de ter acesso aos bens bloqueados pela Justiça, os acusados pela Operação Aquarela do Ministério Público do Distrito Federal buscam estratégias jurídicas para movimentar o dinheiro apreendido, com o objetivo de repor os cofres públicos. Desde junho de 2007, os promotores de Justiça do MP conseguiram impedir o uso de boa parte do patrimônio dos personagens denunciados por fraude em licitação, desvio de dinheiro e peculato no Banco de Brasília (BRB). Algumas táticas de defesa, no entanto, têm permitido que os acusados recuperem parte do dinheiro confiscado.

A alegações dos acusados usadas em juízo é de que a quantia bloqueada seria superior ao que o Ministério Público aponta como prejuízo. A estimativa é de que, pelo menos, R\$ 50 milhões tenham se perdido em transações ilegais, com dispensa de concorrências públicas e favorecimento para beneficiar empresas e ex-diretores do banco. Entre os bens apreendidos, os réus sustentam que há um patrimônio de R\$ 120 milhões indisponíveis.

Entre as estratégias, os denunciados apresentam a cobrança de impostos na expectativa de conseguir decisões favoráveis. Alegam que a liberação para o pagamento de uma dívida

com o governo não fere a ação cautelar de apreender os bens para ressarcir qualquer eventual condenação de devolução. No caso dos bens bloqueados de empresas, os donos pedem quantias para o pagamento de salários de funcionários. Com esse argumento, alguns envolvidos no caso de corrupção do BRB conseguiram recuperar uma parte dos recursos interditados.

Desfalque maior

Representantes do Núcleo de Combate ao Crime Organizado do MP afirma que ainda não existe uma conta fechada sobre o montante dos desvios do BRB. O Ministério Público alega que o desfalque pode ser muito maior do que a estimativa inicial de R\$ 50 milhões, já que apenas em uma ação ajuizada foram contabilizados mais de R\$ 40 milhões de prejuízo para o Erário. Até agora a Operação Aquarela, realizada em junho de 2007, produziu quatro denúncias aceitas pela Justiça. As investigações continuam.

As acusações dos promotores atingem 12 pessoas, entre elas o ex-presidente do banco, Tarcísio Franklin de Moura e o ex-secretário-geral da Associação Nacional dos Bancos (Asbace), Juarez Lopes Cançado. Juarez é dono majoritário da ATP, empresa que presta serviços de tecnologia bancária para o BRB e atualmente ainda cumpre contrato de trabalho emergencial com a instituição financeira.

Gustavo Moreno/Especial para o CB/Reprodução - 19/6/07



DÓLARES ENCONTRADOS EM MALETA DE FUNCIONÁRIO DO BANCO DE BRASÍLIA, APREENDIDA DURANTE AS AÇÕES DA OPERAÇÃO AQUARELA

MP recomenda suspensão

Numa atuação conjunta, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Distrito Federal recomendaram à Companhia do Metropolitano do DF (Metrô-DF) a suspensão da concorrência para escolha de empresas responsáveis pela construção do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) até prévio aval do Instituto do Patrimônio

Artístico Nacional do DF (Iphan). O empreendimento será implantado na W3, área tombada sujeita a legislação federal específica, para ligação até o aeroporto internacional de Brasília.

Os procuradores da República Ana Paula Montovani e Bruno Caiado de Acioli, e a promotora de Justiça Ana Cláudia Rodrigues também deram um prazo de 30 dias para que o Iphan apresente um parecer técnico conclusivo sobre a legalidade do projeto. A licitação já estava suspensa por força de

uma liminar conquistada em ação do Ministério Público local em que foi apontada a ausência de licenciamento ambiental na região onde será construído o VLT.

O sistema de transporte, uma espécie de Metrô de superfície, é um dos empreendimentos que o governo do Distrito Federal espera ver concluídos até 2014, durante a Copa do Mundo. O GDF disputa a escolha de Brasília como uma das cidades-sede do campeonato mundial.

Outra recomendação que partiu ontem do MP foi dirigida

à presidência da Câmara Legislativa. Trata-se de um documento no qual a promotora de Justiça Marta Eliana de Oliveira, que atua na área do meio ambiente, orienta os deputados distritais a aprovarem o memorial descritivo dos perímetros referente ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial (Pdot) antes que a redação final seja votada na Casa. O MP sustenta que existem imprecisões no atual projeto, o qual não delimita especificamente os limites das áreas das futuras intervenções urbanas. (AMC e LT).